

MISSÃO E ESCRAVIDÃO: O PARADOXO DOS LETRADOS COLONIAIS NO NOVO MUNDO ESCRAVISTA

Natália de Almeida Oliveira¹

As reflexões apresentadas no presente trabalho são derivadas do trabalho de conclusão de curso, apresentado a Universidade Gama Filho, intitulado de “*A Missão é escravista, “o estado de cativo é mais morte do que vida”*”: *Uma Análise dos discursos religiosos acerca da escravidão colonial*”.

A sociedade colonial herdou concepções clássicas e medievais que se unem com a prática da escravidão no Novo Mundo, criando assim uma sociedade aonde “*o engenho era um espelho e uma metáfora da sociedade brasileira.*”² Baseando-se na cor da pele e na concepção de livre e cativo, a escravidão tornou-se o pilar da sociedade.

Italo Mereu nos diz que a Igreja Católica é a primeira instituição que seja pela intermediação do poder temporal ou diretamente, “*traduziu em instituições jurídicas o conceito de fé como instrumento dominante, o conceito de fiel, de ortodoxo, de devoto servidor, obediente às ordens do chefe, inspirado por Deus.*”³ E Portugal na Era Moderna tomou para si o papel de representante divino para difundir a fé, pois:

[...] a formação católica da sociedade brasileira continuou sendo realizada inspirando-se numa tradição teológica medieval, e tendo como base a noção de Cristandade, com a qual passou a ser identificado o reino lusitano: Estado e Igreja eram apresentados como instituições que deviam permanecer unidas.⁴

¹Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Gama Filho. Atualmente é membro pesquisadora do Grupo de Estudos em ações coloniais, denominado “Terra Brasilis” (ainda não registrado), da mesma instituição, coordenado pelo Professor Doutor Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO/UGF). As considerações apresentadas neste artigo são derivadas da monografia de conclusão de curso, defendida em Junho do ano de 2011 na Universidade Gama Filho. Durante a graduação foi realizada a pesquisa de Iniciação Científica por dois anos, nossa temática estava atrelada ao projeto coletivo vinculado ao CNPQ, intitulado de “Poder e Sociedade no Mundo Colonial: Estado Colonial: perfil institucional, esferas administrativas, adaptações e tensões (1640-1750)”, sob a orientação do Professor Doutor Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO/UGF).

² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 213.

³ MEREU, Italo. A intolerância institucional; origem e instauração de um sistema sempre dissimulado. In: *A intolerância: Foro internacional sobre a intolerância*, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997 / Academia Universal das Culturas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.43.

⁴ AZZI, Rioldo. *A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.8.

Seguindo a noção de Cristandade medieval⁵ o monarca Português é tido como escolhido divino para realizar a consolidação do Império e da Fé Católica Romana. É esta Cristandade que justifica e legitima o projeto colonial português. Este Império Cristão deve ser criado na união entre Estado e Igreja, D. João III, confirma isto ao afirmar: “*a principal causa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica*”⁶

A Companhia de Jesus, Ordem fundada por Inácio de Loiola após a ruptura da Cristandade em 1537, chega ao Brasil junto com a expedição do Governador Tomé de Souza em 1539, trazendo consigo o ideal de missão, sendo herdeiros de uma concepção medieval de conversão de fiéis. Mas a Era Moderna muda a concepção e sentidos, a cristandade toma uma “dimensão social”, um caráter social e começa a lançar-se geograficamente e espiritualmente em nome de Deus para difundir a palavra e a Verdade para novos lugares, aonde estas não eram conhecidas ou ouvidas⁷, desta maneira o sagrado iria unir-se ao profano⁸ para “*a procura da Glória de Deus*”⁹

Os Inacianos têm um duplo papel na sociedade colonial, pois além de ser a difusora da Verdade para os considerados gentis¹⁰ sendo missionários e educadores, esta também, é uma instituição, que como toda a sociedade é escravista, que deseja manter e legitimar a escravidão. A Ordem de início pobre tornou-se uma das instituições mais opulentas da colônia, com o decorrer do tempo a Companhia passa a não ser bem vista pela Coroa Portuguesa, pelos colonos e pelas demais Ordens.

Foram os jesuítas e seus seguidores que refletiram acerca da escravidão e do modo do trato com os cativos, pois sendo a grande maioria da população iletrada a difusão das

⁵ “Com a bula *Licet ab initio* de Paulo III, em 1542, é toda a legislação penal da Idade Média que passa a ser adotada. Só a organização é que mudará: será centralizada e vai operar segundo o princípio intolerante: “*Extra Ecclesia nulla salus*”, “fora da Igreja não há salvação”. In: Mereu, Italo. Op. Cit. p.43-44.

⁶ LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil. apud, SOUZA, Laura de Mello. *Inferno Atlântico: Demonologia e Colonização Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.23.

⁷ Para mais informações ver: NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios – Colonialismo e Repressão Cultural*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

⁸ Entendemos sagrado e profano pelo estudo de ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano – A essência das religiões*. Editora: Martins Fontes. São Paulo, 2001.

⁹ Lema da Companhia de Jesus, “*Ad Majorem Dei Gloriam*” – *A Procura da Glória de Deus*.

¹⁰ É considerado gentil todo não Católico. A Igreja Católica cria termos ou apropria-se de tais para denominar todos aqueles que não comungam de sua fé, excomungados, heréticos, sismáticos, apóstatas, heterodoxos, gentis, assinalam os negros, judeus, pagãos.

letras coloniais foi difícil e limitada, ainda mais com a existência do ideal soberania doméstica, (isto é, os senhores de engenho do Rio de Janeiro, de Pernambuco e da Bahia tinham o modo próprio de trato com o escravo, sendo este, particular de cada senhor, não havendo um “molde” para tal).

Na obra *Ideologia e Escravidão*¹¹, o historiador Ronaldo Vainfas, trabalha os três “níveis de consciência” sobre a escravidão, aonde cria um esboço ideológico acerca destas. No primeiro nível de consciência, que tange os séculos XVI e XVII, a escravidão negra não foi apontada como problema, ela era parte daquela sociedade, passando despercebida de qualquer contestação. Já o segundo nível de consciência, que é aquela relatada pelos letrados envolvidos no contexto histórico de Palmares, no qual, o escravo negro é visto como um inimigo social há um temor social por causa das rebeliões. E no terceiro nível de consciência, que cronologicamente vai de meados do século XVII até meados do século XVIII, os jesuítas e seus seguidores buscam normatizar a escravidão, inseridos no que foi chamado de “projeto escravista-cristão”, aonde o ideal de missão era justificado, pois era obrigação destes religiosos pregarem sobre a escravidão negra, normatizando-a.

A formulação do projeto moveu-se, como vimos, no campo do saber cristão-medieval: os jesuítas e seus discípulos eram intelectuais cujo o pensamento e linguagem oscilavam entre Santo Agostinho e Santo Tomás. Mas fossem neoplatônicos, estóicos ou escolásticos, os intelectuais cristãos da colônia souberam como adaptar o seu ideário a escravidão dos africanos. Legitimaram as relações escravistas e construíram normas atentas à eficiência econômica e ao equilíbrio social do sistema. O trabalho, o sustento, a educação e a punição foram objetos privilegiados na elaboração de normas de controle – persuasivas e coercitivas simultaneamente.¹²

Os discursos inseridos nesta “consciência” não eram homogêneos, cada letrado tem um pensamento e uma estrutura discursiva diferente. A ligação dos letrados ocorre pelo “projeto escravista-cristão”, e neste a escravidão toma contornos de “*modelo de família cristã e patriarcal, através do qual se julgava possível neutralizar as contradições sociais*”¹³, desta maneira, transpondo o ideal de escravo/negro e senhor/branco, pois todos deveriam ser cristãos, filhos de Deus, independente de serem senhores ou escravos. Desta forma, as bases fundamentais para o “projeto escravista-cristão” foram a

¹¹ VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão: Os Letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Vozes. Coleção: História Brasileira 8, 1986.

¹² Idem. p.151.

¹³ Idem. p.152.

normatização do sistema escravista, a criação da cristandade colonial e de uma família que seria o suporte desta cristandade, denotando que questões ligadas a moral, diferenciação e separação racial, são os pilares do projeto.

MISSÃO X ESCRAVIDÃO

Em uma colônia na qual, “ninguém estava livre da presença da escravidão”,¹⁴ pensamos o projeto dos religiosos coloniais, como a máxima percepção dos letrados acerca da escravidão africana (origem e prática). Os jesuítas Antônio Vieira, André João Antonil, Jorge Benci e o padre secular Manoel Ribeiro da Rocha¹⁵, legitimaram e normatizaram a escravidão, problematizando-a, criando um discurso cristão sobre esta.

Vieira pregou a favor da escravidão africana, para que os escravos africanos se conformassem com a sua situação de escravos, pois era graças ao cativo que eles iriam ao “Céu”. Aos senhores de escravos Vieira pregava o trato ao cativo, com os sacramentos e o castigo moderado.

No sermão XIV, vemos que Antônio Vieira legitima e justifica a escravidão negra:

Falando o texto sagrado dos filhos de Coré, que, como já dissemos, são os filhos da Senhora nascidos no Calvário, diz que, perecendo seu pai, eles não pereceram, e que isto foi um grande milagre. [...]Vede se é grande milagre da providência e misericórdia divina [...]. Os filhos de Datã e Abiron pereceram com seus pais, porque seguiram com eles a mesma rebelião e cegueira; e outro tanto vos poderá suceder a vós. Pelo contrário, os filhos de Coré, perecendo ele, salvaram-se, porque reconheceram, veneraram e obedeceram a Deus; e esta é a singular felicidade do vosso estado, verdadeiramente milagroso.¹⁶

¹⁴ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit. p. 215.

¹⁵ Devido ao número de páginas deste artigo, recortamos minuciosamente passagens de nossas fontes. Ressaltamos também nosso aporte teórico-metodológico, que é o campo da História Cultural, no qual trabalhamos os conceitos de práticas e representações do historiador Roger Chartier. E nossa metodologia é pautada na análise de discurso, aonde levamos em consideração as perspectivas de Michel de Certeau, Michel Foucault, Eni P. Orlandi sobre o discurso.

¹⁶ Sermão XIV (*Maria, de qua natus est Jesus, qui Vocatur Christus* – Maria, da qual nasceu Jesus, que foi chamado Cristo – Mat. 1) do Rosário, da série Maria Rosa Mística, pregado na Bahia, na Irmandade dos Pretos de um Engenho, no dia de São João Evangelista, no ano de 1633. Este foi o primeiro sermão que Vieira pregou em público.

In: VIEIRA, Padre António. Obras Escolhidas - Sermões – Volume II, com prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade. Lisboa: Sá da Costa, 2008. p.30. Grifos nossos.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo IX – ESCRITORES: de N a Z (Suplemento Bibliográfico – II). Instituto Nacional do Livro; Livraria Portugália. Rio de Janeiro; Lisboa. 1949. p.192-163.

Ao analisar o sermão Vieirense com o escopo de perceber o não - dito no discurso, percebemos na pregação religiosa o interesse de manutenção do sistema escravista, o discurso não é isento de interesses, aqui a conformação do escravo com o cativo, denota o interesse de manutenção de uma sociedade escravista.

Ao afirmar que os escravos são os filhos do Coré, isto é, filhos de Nossa Senhora nascidos no Calvário, baseando-se na passagem bíblica de Números¹⁷, Vieira afirma que Deus criou todos os homens, e que os negros assim como os filhos de Coré, não foram devorados pela terra, e por isso deveriam respeitar as leis divinas e se conformar com a condição de cativos, pois, deste modo seriam salvos, já que o cativo os levaria a salvação eterna. Buscando legitimar seu discurso Vieira, utiliza-se de citações bíblicas, a intertextualidade com a Bíblia, legitima seu discurso para aquela sociedade, pois este cria um simbolismo de “Verdade” cristã.

Percebemos que por trás do discurso jesuítico, há a afirmação do sistema escravista, no qual sempre haverá a escravidão, e com isso o negro deve se conformar a ela, pois será graças a ela, que ele será salvo. Para isso Vieira, cria a analogia entre Cristo e os escravos:

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: *Imitatoribus Christi crucifixi* - porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. **A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despídos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós mal-tratados em tudo.** Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio. Só lhe faltava a cruz para a inteira e perfeita semelhança o nome de engenho: mas este mesmo lhe deu Cristo, não com outro, senão com o próprio vocábulo. *Torcular* se chama o vosso engenho, ou a vossa cruz, e a de Cristo, por boca do mesmo Cristo, se chamou também torcular. [...] Em todas as invenções e instrumentos de trabalho parece que não achou o Senhor outro que mais parecido fosse com o seu que o vosso. [...] **Vede vós quanto estimará agora que os que ontem foram gentios, conformando-se com a vontade de Deus na sua sorte, lhe façam por imitação tão boa companhia!** ¹⁸

¹⁷ Números 26:10 - “A terra abriu a boca e os devorou (assim como Coré, pareceu igualmente este grupo), quando o fogo consumiu os duzentos e cinquenta homens. Foram eles um sinal. Os filhos de Coré, contudo, não pareceram.” In: BÍBLIA de Jerusalém. Nova edição revisa e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002. p. 242.

¹⁸ SERMÃO XIV. Op. Cit. p.34.

Nesta analogia, o martírio de Cristo é igualado ao martírio diário dos escravos, o “povo da Etiópia” era o povo que havia sido escolhido para estar mais perto de Cristo em seu sacrifício, Deus havia designado a companhia dos negros africanos a seu filho Jesus, o calvário de Cristo era também o calvário dos escravos africanos. O escravo ao ser “*imitador de Cristo crucificado*” no engenho, conformado com a sua situação, alinhava-se aos interesses dominantes, pois o escravo cristão - conformado, não iria contra o sistema escravista. O simbolismo de Vieira ia de encontro ao político (ia de encontro a uma posição social escravista), na legitimação do sistema escravista.

Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo como se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço. [...]Os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus da Índia. [...] Para que se verifique o provérbio que diz: **que o Brasil é o inferno dos negros**, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas.¹⁹

A visão de mundo de um autor é inerente ao seu discurso, tendo esta concepção teórica ao realizarmos a leitura de Antonil, percebemos sua posição escravista contundente com o regime social e com a Ordem eclesiástica a qual pertence. O jesuíta italiano mostra a certeza de que os escravos são os pilares desta sociedade, que esta possivelmente não se manteria sem eles. A mesma passagem da fonte revela que os escravos são peças de um sistema escravista, e que na conjuntura deste sistema o Brasil é o inferno dos negros. Com isso Antonil transparece saber da dureza do sistema, mas legitima e aceita a escravidão, porque sem ela, não há como a sociedade colonial se manter, nem gerar lucros.

No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um valão que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido,

¹⁹ ANTONIL, João André. *Cultura e Opulência do Brasil - Primeira Parte – Cultura e Opulência no Brasil na Lavra do açúcar Engenho Real moente e corrente – Livro I – Capítulo IX: “Como se há de haver o senhor de engenho com seus escravos”*. Texto confrontado com o da edição de 1711. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 3ª Edição, 1997. p. 89-90. Grifos nossos.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VII – ESCRITORES: de A a M (Suplemento Bibliográfico – I). Instituto Nacional do Livro; Livraria Portugália. Rio de Janeiro; Lisboa. 1949. p.45-54.

e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado. [...] **Se o negar a esmola a quem com grave necessidade a pede é negá-la a Cristo Senhor nosso, como Ele o diz no Evangelho, que será negar o sustento e o vestido ao seu escravo?** E que razão dará de si quem dá serafina e seda e outras galas, as que são ocasião da sua perdição, e depois nega quatro ou cinco varas de algodão e outras poucas de pano da serra, a quem se derrete em suor para o servir e apenas tem tempo para buscar uma raiz e um caranguejo para comer? [...] **O certo é que, se o senhor se houver com os escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo.**²⁰

Ao atentarmos no documento acima, o pau, o pão e o pano, são: castigo, sustento e vestimentas, que seriam conselhos do jesuíta para os senhores de engenho, pois o sustento e a vestimenta deveriam ser maiores como são os castigos, e estes deveriam ser moderados e justos. O senhor não deve negar o sustento e a vestimenta de seu escravo. O trabalho escravo deveria existir, mas com descanso. Pois o trabalho contínuo e sem descanso, a fome e a violência faz com que haja resistência e fuga dos cativos. A violência deveria ser medida e controlada, pois desta forma o senhor ensinaria e “moldaria” o seu escravo. Seguindo estes preceitos o senhor se tornará um senhor - pai, que poderá aplicar o castigo quando este for merecido e o escravo se tornaria um escravo – filho, que entenderia e assumiria todos os seus erros e todos os castigos que recebesse.

Antonil é, entre os clérigos que escrevem acerca do período, o mais próximo das relações mantidas no seio da sociedade escravista. Seu discurso contém elementos que o aproximam da realidade de um engenho.²¹

A obra de Manoel Ribeiro da Rocha é em suas palavras: “*discurso teológico-jurídico em que se propões o modo de comercializar, haver e possuir validamente, quanto a um e outro foro os pretos cativos africanos*”²², esta é direcionada a senhores de escravos, traficantes de escravos e religiosos.

²⁰ ANTONIL, João André. Op. Cit. p. 91-92. Grifos nossos.

²¹ Acreditamos que essa proximidade da obra de Antonil com o engenho, ocorreu por causa do Engenho Sergipe do Conde, pertencente a Companhia de Jesus. Para maiores informações: RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. 1º Parte – Historiografia Colonial. 2º Edição. Editora: Companhia Nacional. São Paulo, 1979. p.393-415.

²² ROCHA, Manuel Ribeiro. *Etiópe Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado*. In: LARA, Silvia Hunold (Apresentação e transcrição do texto original). Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, número 21. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1991.

RODRIGUES, José Honório. Op. Cit. 1979. p.416-417.

Tudo isto, e muito mais quer que **seja o triste escravo; mas que ao mesmo passo, em que for tudo para ele, para si seja sempre nada; nada para o descanso, tudo para o trabalho; e do trabalho, nada para os misteres e uso próprio, tudo para os lucros, e interesse alheio.** Ainda assim, que tudo isto, e a tanta miséria, e aniquilação, fique reproduzido um gentio cativado em guerra pública, justa, e verdadeira de um com outro Príncipe, naquelas regiões, onde suposto por falta da luz da fé se não observe a Lei Evangélica, observa-se contudo o direito natural, e o das gentes; ou que a todas fique sujeito outro gentio, que nas mesmas terras cometeu algum delito grave, e proporcionado à pena de privação da liberdade; ou aquele, a quem seu pai, por suma indigência, e necessidade extrema vendeu, na falta de outro remédio, para sustentar alentos vitais, que às violências da fome se estavam finalizando! **Infelicidade é, e infelicidade grande; porém é justa, porque em tais circunstâncias justos são, por direito natural, e das gentes, estes títulos, para a escravidão se contrair, e se haverem de sofrer todas as suas qualidades, e abatimentos.**²³

O padre Manuel Ribeiro Rocha, admitia a escravidão e sua prática, entretanto buscava sua legitimação legal e por dogmas cristãos. Admite a privação de liberdade que é direito natural, que para ele é perdido nas regiões, onde a luz/fé cristã não é praticada, justificando assim a escravidão.

Na leitura da fonte pela metodologia da análise de discurso encontramos a questão da autoria, pois acreditamos que este legitima a escravidão, por estar inserido naquela sociedade. Contraponto com aqueles historiadores que o vêem como um abolicionista, vemos que o padre aconselha os senhores de escravos, no trato com os cativos, assim defendendo a prática da escravidão, adequando-a com traços cristãos (morais), inserindo-se assim no projeto missionário.

[...] Enquanto eles existirem no poder de seus possuidores, a estes e a eles, correm, também (na forma que até agora) **as mútuas, e recíprocas obrigações, que há, e sempre houve entre os senhores e os escravos.** [...] **Devem os escravos obedecer tudo o que for lícito a seus senhores, e devem os senhores a tudo que for justo, prestar a seus escravos.** Mais especificadamente compendiou essas obrigações do Eclesiástico no *cap.*,33. *vers.* 25. Dizendo, que aos escravos vem ser senhores das o sustento, e a correção, assim como lhe dão também o serviço; ibi: *Panis, et disciplina, et opus, servo;* entendendo-se por sustento nesse lugar, tudo quanto lhes for necessário para as indigências de vida; pois na frase Hebraica da Escritura, tudo isso se significa na palavra panis [...] Onde acrescenta, que na frase Hebréia, na palavra panis se significa não somente o **alimento necessário para a conservação do corpo; senão também a doutrina, e educação necessário para a vida do espírito.**²⁴

Rocha, apoiando-se nas Escrituras bíblicas e nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia do ano de 1707 prega acerca das mútuas obrigações entre senhores e escravos, na qual escravo deveria trabalhar e respeitar seu senhor. E o senhor

²³ ROCHA, Manuel Ribeiro. Op. Cit. p.33. Grifos nossos.

²⁴ Idem.

tinha como obrigação dar alimentação, roupas, castigo, cuidar das enfermidades e da doutrinação espiritual, isto é alimentar a alma, ensinar a fé cristã ao seu escravo. O senhor também deve dar ao escravo o Sábado, para que cuide de suas necessidades, (de seu sustento e de sua vestimenta), e o Domingo²⁵, para que este ganhe o sustento espiritual, aprendendo e praticando a Doutrina.

Nesses pilares estavam constituídas as obrigações mútuas de um senhor para com o seu escravo e de seu escravo para com o seu senhor. Ressaltamos que o castigo do escravo não deveria ser a esmo, pois o castigo tem princípios e regras, apoiadas na razão e em ensinamentos cristãos, a punição é educativa.

Porque na qualidade de pretos, na condição de servos, na rudeza do entendimento, e na pouca idade cristã que têm depois de nascidos, ou renascidos pelo Batismo, em tudo que os fez a natureza, e a fortuna pequenos; mas mais propriamente a são pela última razão de neófitos, e novamente conversos à nossa santa Fé. [...] **O pão, que pedem, é o da doutrina, da erudição, e sabedoria cristã.**[...] Aos senhores porém, que possuem estes cativos, incube também a dita partição, e repartição; **pois tudo quanto os Teólogos dizem da Doutrina Cristã, que os pais devem ensinar a seus filhos, declaram que procede igualmente nos senhores a respeito de seus escravos.**²⁶

Os cativos trazem consigo o pouco conhecimento da Fé, e de acordo com Manuel Ribeiro eles pedem “pela fé”, por meio do nome de pão, e assim cabe aos senhores de escravos doutriná-los na Fé Cristã, como educam seus filhos. Desta maneira, o senhor deveria ser um senhor - pai, pois do mesmo modo que há uma obrigatoriedade de deveres e obrigações na relação pai e filho, há também na relação senhor – escravo. Isso se atrela a ideia de constituição de uma família cristã, pelos religiosos do “projeto escravista-cristão”, o que permitiria a construção da cristandade colonial almejada.

Analisando a obra “Etiópe” de Manuel Ribeiro Rocha, percebemos que a autoria de seu escrito como a dos demais letrados está diretamente relacionada ao contexto vigente - sociedade colonial escravista- logo, tomando por base interpretativa a materialidade lingüística,²⁷ percebemos que o discurso do padre secular está, assim como os dos

²⁵ As considerações de Rocha Ribeiro sobre o Domingo, são respaldadas em Carta Régia de 7 de Fevereiro de 1698. Idem p.98.

²⁶ Idem. p.117.

²⁷ “O como se diz, o que diz, em que circunstâncias etc. Isto é, naquilo que se mostra enquanto sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza.” In: ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso – Princípios & Procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2009.p.65.

demais religiosos, inserido na relação senhor - escravo, pautado na tentativa de manter o sistema escravista, normatizando-o. A proposta de liberdade de Ribeiro Rocha é uma liberdade tardia, não momentânea.

Em termos de representação a sociedade tomaria novos contornos, a escravidão seria amenizada, o etíope seria resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e por fim libertado, alcançando a tão sonhada liberdade do cativo. Mas em termos de práticas sociais o sistema continuaria vigente, o cativo continuaria diário e vivo em cada escravo.

Jorge Benci, em sua obra *“Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos”* no discurso II – *“Em que se trata da segunda obrigação dos senhores para com os servos”*²⁸, constrói um molde no trato com o cativo, o que a nosso ver enquadra-se na constituição do projeto missionário-cristão, não apenas pela construção de uma família-cristã, mas pela tentativa de organização da cristandade.

*“Como os servos são criaturas racionais, que constam de **corpo e alma**, não deve só o senhor dar-lhes o sustento corporal para que não pareçam seus corpos, mas também o **espiritual para que não desfaleçam suas almas**”*²⁹, depois de propor o que o senhor deve dar o sustento ao cativo, como conservação de vida humana, no que tange alimentação, vestuário e cuidado com as enfermidades, que são preocupações com o corpo do servo, Benci afirma a alma do cativo, e que esta alma precisa ser alimentada, assim como o corpo.

No item um do discurso II, intitulado de: *“Da Doutrina Cristã, que os senhores são obrigados [a] ensinar a seus servos”*, Benci nos diz; *“Bem sabeis que a maior parte dos servos deste Brasil vem da Gentilidade da Guiné [e] mais partes da África, tão rudes dos mistérios de nossa Santa Fé”*³⁰, nessa assertiva Benci mostra sua concepção Cristã, aonde gentil são todos aqueles que não são cristãos, na visão

²⁸ BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. Livro Brasileiro de 1700. São Paulo, Grijalbo, 1977. A “Economia Cristã”, é formada por sermões pregados na Bahia, sendo dividida em introdução e quatro discursos, sendo cada discurso, uma obrigação do senhor para com o seu escravo, sendo subdividida em vários itens.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VII – ESCRITORES: de A a M (Suplemento Bibliográfico – I). Instituto Nacional do Livro; Livraria Portugália. Rio de Janeiro; Lisboa. 1949. p.95-96.

²⁹ BENCI, Jorge. Op. Cit. p.83. Grifos nossos.

³⁰ Idem. p.84.

de mundo de Benci a África é gentil, e todos que de lá saem também são, pois não se alimentam da sua concepção de fé. Por isso afirma: *“Devem primeiramente os senhores alimentar as almas de seus servos com a Doutrina Cristã, para que saibam os mistérios da Fé, que devem crer, e os preceitos da Lei de Deus, que hão de guardar”*³¹, desta maneira, os senhores de escravos e religiosos coloniais têm a obrigação de alimentar a alma dos escravos com a religião Católica.

O senhor de escravos peca quando tem um escravo recém convertido a Fé (muitos escravos tinham o batismo, que era realizado antes do embarque para o Brasil ou no percurso da viagem) e que não cuidam da doutrinação cristã deste.

Benci indaga *“Em que se funda esta tão precisa obrigação, que têm os senhores de catequizar os servos? Digo que no poder e domínio que tem sobre eles; porque o doutrinar aos rudes é consequência de quem tem neles o senhorio”*³², sendo Jesus Cristo, filho de Deus, ao qual foi dado todo poder sobre o Céu e a Terra³³, Benci afirma: *“Entendeis muito bem, senhores, que tendes domínio e poder sobre os escravos; entendei também que a consequência deste poder e deste domínio é a obrigação de ensinar e instruir nos mistérios da Fé e preceitos da Lei de Deus”*³⁴, deste modo o senhor que afirma que os escravos são brutos e que não conseguem aprender a fé, erra e peca, pois Jesus Cristo é o senhor de todas as gentes, por isso a gente da África deve aprender a doutrina Católica.

O senhor que ensina a doutrina cristã a seu servo deve considerar-se “um ministro deputado por Cristo”, na concepção de Santo Agostinho³⁵ como afirma Jorge Benci, por que: *“Pregando o nome de Cristo e ensinando a doutrina a todos que puder. Pois com quem melhor o podes e deveis fazer, que com aqueles que Deus vos sujeitou, fazendo-os vossos escravos, para que sejais seus **Mestres na Cristandade.**”*³⁶ O italiano afirma que a conversão do servo em nada abala a autoridade do senhor e que ao doutrinar um escravo no Cristianismo o senhor torna-se seu mestre na cristandade.

³¹ Ibidem.

³² Idem. p. 85.

³³ Mateus 28:18 - “Todo poder foi me dado no céu e sobre a terra.” In: BÍBLIA de Jerusalém. Op. Cit. p.1758.

³⁴ BENCI, Jorge. Op. Cit. p.86.

³⁵ Idem. p. 87.

³⁶ Idem. p. 88. Grifos nossos.

Fazendo referências a Roma, ao Imperador Marco Crasso, Benci questiona se no Império Romano, aonde os imperadores eram gentis, estes tinham o cuidado de um pai com os seus servos, como pode no Brasil Cristão, os senhores não cuidarem bem de seus servos? Afirmando que quando o senhor não puder ou não quiser doutrinar o escravo, este deve o levá-lo para os Colégios e Casas da Companhia de Jesus ou para outras casas religiosas, para os clérigos doutriná-los, pois não se pode permitir que o escravo passe a vida na gentilidade.

Para esta conversão do cativo o senhor deve ter paciência, pois ela não é automática, ela leva tempo, e muitas vezes os senhores não querem esperar, por isso o italiano afirma:

Deixai pois a disposição do Missionário gastar o tempo, que julgar conveniente, na instrução do escravo; e daí graças a Deus de haver quem vois alivie da obrigação que tender de dar o pão da Doutrina Cristã ao vosso servo.³⁷

Partindo da premissa que de que o discurso está na História³⁸, podemos perceber o ideal de missão na tentativa de afirmação de uma cristandade colonial, que alcança os considerados como gentis, transformando-os em escravos cristãos. Realizando uma tentativa da normatização do trato ao cativo, na qual a todo o tempo Jorge Benci respalda-se em referências bíblicas e da Antiguidade para a construção de seu discurso, que a nosso ver é marcado, pois está carregado de interesses, almejando a manutenção da sociedade escravista, aonde legitimar a escravidão e o Império era necessário.

CONCLUSÃO: O PARADOXO MISSÃO E ESCRAVIDÃO

³⁷ Idem. p.90.

³⁸ Michel de Certeau ao nos falar sobre discurso afirma que estes ao falar da História estão na História, pois estes discursos não são flutuantes em um contexto, “*são históricos porque ligados a operações e definidos por funcionamentos. Também não se pode compreender o que dizem independentemente da prática de que resultam,*” sendo assim ao realizarmos a análise dos textos dos letrados acerca da escravidão devemos enxergar estes letrados como homens de seu tempo, que pertencem a uma sociedade colonial escravista. In: CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. 2º Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.p.32.

Ao estudar os escritos de Antônio Vieira, Jorge Benci, André João Antonil e Manuel Ribeiro Rocha, em ordem cronológica de publicações, enxergamos que todos eles têm as mesmas concepções.

Em primeiro lugar, apesar das diferenças entre si, nenhum dos letrados se opôs a escravidão, a sociedade colonial é uma sociedade colonial escravista e isso é um pensamento inerente a cada um deles, em momento nenhum a relação senhor - escravo foi colocada em questão, pois a escravidão gerava lucros, ela era um sistema lucrativo. A mensagem do discurso dos religiosos é que os proprietários de escravos do Brasil haviam se afastado da dos preceitos morais da fé católica, por isso não sabiam e não conseguiam governar de forma correta seus escravos.

Em segundo lugar, a ideia de um projeto missionário, no qual Portugal considerava-se a nação escolhida para difundir a fé católica, sendo a Companhia de Jesus herdeira do espírito de cruzada medieval, que tinha como objetivo construir uma cristandade colonial moveu as letras religiosas coloniais, seja pela patrística, pela escolástica ou por preceitos Aristotélicos. A pregação dos letrados era pautada e reafirmada pelas Escrituras, a todo o momento concepções herdadas de outrora eram difundidas no ideal de uma família cristã, no seio de uma sociedade escravista.

Em terceiro lugar, os textos coloniais tinham a função de ensinar aos senhores a tratar seus escravos, e independente do letrado e do discurso, o trabalho, a punição e o castigo eram inerentes a ordem escravista. O escravo tinha a função de trabalhar e estando cuidado (alimentado, vestido, doutrinado na fé, e com boa saúde), tinha que cumprir seu papel social que é de produzir. A família cristã imaginada tinha em um de seus pilares a violência, se esta fosse a esmo, era erro do pai-senhor, se essa fosse merecida era erro do escravo-filho. Cada um desses letrados criou o seu “ser escravo”, parafraseando expressão da historiadora Kátia Mattoso.

O historiador Rafael de Bivar Marquese nos diz que a teoria cristã do governo dos escravos, que buscava ordenar este governo dos escravos por moldes cristãos, foi criada fora dos quadros senhoriais, *“na verdade a teoria apresentada pelos jesuítas fez parte dos embates que polarizaram a Companhia de Jesus”*³⁹. O que nos faz crer que

³⁹MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente – Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1680*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.172.

imaginário dos letrados coloniais as micro-relações de poder estavam asseguradas com o projeto escravista-cristão, pois o trabalho do cativo dava segurança ao senhor, e este senhor sabendo tratar seus escravos, não havia porque estes se revoltarem. Logo, a intenção do projeto era a manutenção da escravidão e do sistema colonial.

Pelo nosso quadro teórico-metodológico enxergamos os letrados coloniais e seus escritos, tendo “*atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade*”⁴⁰, e ao analisar os discursos, os enxergamos como “*um sujeito lingüístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia e o modo como definem o exterior*”⁴¹. Desta maneira os letrados coloniais e seus escritos acerca da escravidão, falam e definem seus lugares sociais na lógica da colonização, e isto nos permite dizer que molde no trato dos cativos é uma justificativa do sistema, e não um meio de acabar com ele.

“*Um texto é transformado em mercadoria e em sintoma do sistema que transporta e vende*”⁴², partindo desta premissa os textos coloniais são uma mercadoria do sistema colonial, um produto deste, que transporta e repassa a escravidão (seus pilares e formas). Ainda segundo Certeau: “*O discurso político não revela os cálculos de que resulta, mas os serve. As ideologias repetem verdades que se tornaram não críveis, mas são sempre distribuídas pelas instituições que delas de beneficiam,*”⁴³ partindo deste pressuposto vemos o duplo papel da Companhia de Jesus no Brasil Colonial, pois de um lado ela é difusora da Verdade, do outro ela é uma instituição eclesiástica escravista.

A linguagem-mercadoria não diz para que serve nem o que determina. Ela é seu efeito. É o produto do sistema violento que, apreendido sob sua forma cultural, desarticula a língua e a fala, coagindo uma a se calar e a outra a se proliferar indefinidamente.⁴⁴

⁴⁰ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Revista Annales* – Novembro/Dezembro de 1989. n.6. P.P:1505-1520. [O que utilizamos a numeração das páginas é 173-191, p. 194.]

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. 2º Edição. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

⁴¹ Eni P. Orlandi. Op. Cit. p. 91.

⁴² CERTAU, Michel De. *A Linguagem da Violência*. In: CERTAU, Michel De. *A Cultura no Plural*. 6º Edição. São Paulo: Papyrus, 2010. p.88.

⁴³ Idem. p.89.

⁴⁴ Idem. p. 90.

Se pensarmos os discursos dos religiosos com a afirmativa de Michel de Certeau acima, entendemos estes discursos como mercadorias da sociedade colonial. Na qual a escravidão é o efeito, produto de um sistema escravista que se prolifera continuamente.

Estas constatações colocam em cheque o “paradoxo dos letrados no novo mundo escravista”, pois somente aplicando o conceito de representação conseguimos enxergar a criação da família cristã, na qual o senhor – pai, que seguia o que estava sendo pregado e escravo – filho, que aceitava a condição de cativo. E na aplicação do conceito de práticas sociais, encontramos a sociedade colonial escravista, aonde senhores são senhores e escravos permanecem sendo escravos. E nesta visão os letrados, mantêm e apóiam a escravidão, pilar da colonização. Na esfera das representações os discursos jesuíticos alcançaram o apogeu de sentidos e significados, mas na prática social os discursos passaram despercebidos entre colonos, escravos e portugueses.

Os discursos dos clérigos acerca da escravidão estão *entre práticas e representações*, pois a prática é a sociedade colonial escravista, na qual a missão é escravista, e na representação ocorre a criação de um projeto que almeja normatizar, e criar uma cristandade e uma família cristã colonial.

Ao indagar se os letrados eram escravistas e não queriam o fim da escravidão? A resposta que encontramos é que não apenas os letrados eram escravistas, como a sociedade era uma sociedade escravista, logo a Companhia de Jesus e a missão eram escravistas. Para o imaginário do período, o fim da escravidão seria o fim da colonização. O que chamamos de paradoxo fé e missão, é justificado entre os conceitos de representação e prática social.

Não há relatos em fontes, de que as pregações dos religiosos sobre a normatização da escravidão tenham ecoado na prática social daquela sociedade.